



# 1961-2011

## 50 anos do Movimento da Legalidade

Profa. Carla Simone Rodeghero\*

Entre o final de agosto e o início de setembro de 1961, uma ampla mobilização política, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, garantiu a posse de João Goulart na presidência da República. Em 2011, quando estão sendo lembrados os cinquenta anos desses fatos, surge uma oportunidade para situar aqueles dias intensos em um quadro mais amplo, que é o da democracia que o Brasil viveu entre 1945 e 1964.

A partir de 1945, antigos e novos atores políticos passaram a disputar espaço na definição dos rumos do Brasil. Além da atuação dos partidos criados a partir de apoiadores e de opositores do Estado Novo (PSD e UDN, respectivamente), assistiu-se à emergência dos trabalhadores urbanos na política, começando pelo movimento queremista e se dirigindo, em seguida, ao Partido Trabalhista (PTB). Percebendo as mudanças na política internacional e interna nos anos finais da Segunda Guerra, Vargas passou a estreitar relações com os trabalhadores urbanos. Estes, beneficiados pela legislação trabalhista – que tinha sido sua bandeira de luta desde a Primeira República –, não viam com bons olhos as correntes de opinião que, no início de 1945, pediam o afastamento de Getúlio do poder. Pela primeira vez, trabalhadores urbanos se manifestaram para além de suas demandas sindicais e pretenderam fazer política.<sup>1</sup> Getúlio, no entanto, foi forçado a renunciar, pressionado tanto pela oposição quanto por militares como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro – homens que até então o tinham sustentado no poder. Para estes, era inconcebível a aproximação que se desenhava entre Vargas e os trabalhadores e, ainda, o apoio que o presidente tinha recebido do Partido Comunista.<sup>2</sup>

Durante o mandato do general Eurico Dutra, eleito ao final de 1945, o Brasil viveu a aurora da Guerra Fria. Seu governo foi marcado por uma intensa repressão ao movimento sindical e pela perseguição a funcionários públicos acusados de subversão. O Partido Comunista foi fechado, e os parlamentares eleitos pela sigla tiveram seus mandatos cassados. Apesar de Dutra ter sido eleito como o candidato da situação, afastou-se radicalmente da herança de Vargas. Com a volta deste à presidência da República na eleição de 1950, ficou cada vez mais clara a existência de diferentes modelos de desenvolvimento para o país. Eles diziam respeito a distintos graus de aceitação da interferência do Estado na economia; maior ou menor apoio à presença do capital estrangeiro; diferentes formas de inserção brasileira no quadro internacional da Guerra Fria; posturas diversas ou até opostas em relação às manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos; rechaço ou tentativas de tocar na questão dos trabalhadores do campo e na Reforma Agrária.

As polêmicas em torno da criação da Petrobras, em 1954, por exemplo,

foram representativas dessas diferenças: a quem caberia explorar o subsolo brasileiro? Ao Estado? Ao capital privado nacional? Ao capital internacional? Quem definiria as prioridades e o volume de investimentos? O governo? As forças do mercado? Como a questão do petróleo se relacionava com o projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil? O Brasil poderia almejar ser um país industrializado? Ou deveria, ao contrário, aprofundar sua vocação agrícola?<sup>3</sup>

Se, no caso da exploração do petróleo, ficaram claras as posições sobre o projeto global de desenvolvimento, em outras situações, durante o Segundo Governo Vargas (1951-54), o que gerou conflito foi a forma como eram tratados os trabalhadores, especialmente aqueles organizados em sindicatos. A intensa repressão do governo Dutra cedeu lugar a um tratamento mais respeitoso por Vargas, como se vê na nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em junho de 1953, em meio a uma crise desencadeada por uma onda de greves. O jovem ministro, por ser presidente do PTB, tinha proximidade com as lideranças sindicais e, por meio de uma estratégia de diálogo, conseguiu com que a greve dos marítimos, então em curso, fosse concluída com rapidez e com conquistas para os trabalhadores. Começou a ser construído aí um conjunto de imagens em torno de Jango: tanto a imagem do ministro que dialoga, que sabe escutar, que se aproxima dos trabalhadores, quanto a do ministro que se deixa levar pelos maus trabalhadores, por aqueles que não trabalham e querem espalhar ideologias estranhas à índole brasileira. Como última medida no Ministério, no início de 1954, Jango propôs um aumento do salário mínimo de 100% e, com isso, mostrou a marca de si que gostaria de deixar para a posteridade.<sup>4</sup>

No mesmo ano, os opositores de Vargas, munidos pelo escândalo da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, denunciaram o “mar de lama” no qual o presidente estaria afundado e pressionaram-no para que renunciasse. Em 24 de agosto de 1954, Vargas optou pelo suicídio e pôs fim à crise em curso. Multidões nas ruas, revolta e quebra-quebra. Isso fez a oposição ver a extensão do apoio popular ao presidente morto.

A morte de Vargas não significou a morte do getulismo, tanto no que se refere a um projeto de desenvolvimento quanto ao apelo ao nacionalismo e a um tipo particular de relação com os trabalhadores. Mesmo que no governo de JK, eleito em 1955 pela aliança entre PSD e PTB, o país tenha sido aberto ao capital estrangeiro, sem os escrúpulos do governo Vargas, continuou em curso um esforço de desenvolvimento orientado pelo Estado e houve, também, uma relação relativamente respeitosa do governo com as demandas dos trabalhadores urbanos. Não se viveu um clima de “caça às bruxas”, como acontecera no tempo de Dutra. Essa tranquilidade pode ser ter sido resultado da presença de Jango no



ACERVO MUSEU HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

*Dentre as variáveis que contribuíram para que o desfecho do movimento fosse favorável aos defensores da legalidade, está a decisão dos militares subalternos e de alguns oficiais de não cumprirem ordens contrárias à Constituição*

governo como vice-presidente eleito pelo PTB. As dificuldades do final do governo JK, especialmente a inflação e o rompimento com o FMI, criaram espaço para o sucesso da plataforma reformista e moralista do candidato da oposição.

Apoiado pela UDN, Jânio Quadros venceu a eleição de 1960 e assumiu no início do ano seguinte, tendo como vice João Goulart, da chapa oposta (PSD/PTB). Foram poucos meses de um governo titubeante que levou Jânio a uma situação de isolamento. A política externa independente, que começava a ganhar força, por exemplo, fazia com que se quebrasse o alinhamento quase “natural” do Brasil com os Estados Unidos. Daí uma postura menos submissa em temas como as sanções a Cuba; daí a busca de novos mercados, como a China comunista, em cujo solo Jango se encontrava quando da renúncia de Jânio.

Sabemos o que aconteceu então: os ministros militares de Jânio Quadros

viram na posse de Jango a possibilidade de retorno ou de reforço do projeto getulista, agora numa dimensão radicalizada. Consideraram inconveniente a volta do vice ao Brasil e lembraram do episódio na gestão de Jango como ministro do Trabalho, quando teria promovido agitações nos meios sindicais, no seio dos quais estariam em ação agentes do comunismo internacional. A posse do vice passou a ser defendida pelo governador gaúcho Leonel Brizola, que conseguiu o apoio do III Exército, na pessoa do comandante, general Machado Lopes. Seguiram-se fatos como a ameaça de bombardeio do Palácio Piratini, a desmontagem das bombas em Canoas, a requisição da Rádio Guaíba e a montagem da Rede da Legalidade, a transformação do Palácio em trincheira e o afluxo de apoiadores à causa encabeçada pelo governador.

Entre os apoiadores, vale destacar, estavam representantes das novas categorias que vinham buscando espaço no campo político: militares nacionalistas, entre os quais alguns oficiais e um número maior de subalternos das Forças Armadas e da Brigada Militar, estudantes, pessoas envolvidas na luta pela Reforma Agrária, trabalhadores urbanos sindicalizados e um número significativo de “populares”. As fotos da época, as manchetes dos jornais gaúchos, os testemunhos dos contemporâneos nos dão esse panorama.

Diferentes variáveis contribuíram para que o desfecho – a posse de Jango – fosse relativamente favorável aos defensores da legalidade. Entre essas variáveis, podem-se mencionar: a presença de povo na rua e a perspectiva da deflagração de uma guerra civil; a decisão dos militares subalternos e de alguns oficiais de não cumprirem ordens contrárias à Constituição; o carisma e a liderança de Brizola, que capitalizou para sua campanha apoios conseguidos nos anos anteriores, como prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul; a conquista de apoio da Igreja, na pessoa de D. Vicente Scherer, e do III Exército, já mencionado; o peso da bandeira da legalidade, num período no qual a estratégia do golpe era uma das mais tentadas e valorizadas pela oposição antigetulista.

Muitos outros aspectos poderiam ser levantados para se falar sobre o Movimento da Legalidade. Procurou-se,

aqui, situar a crise, os acontecimentos que se sucederam freneticamente em poucos dias num quadro mais amplo, que ajuda a entender os dilemas da democracia que existia no Brasil antes do golpe de 1964. Algumas cenas daqueles dias podem ser vistas na exposição O Movimento da Legalidade, promovida pelo Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS e pelo Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. A exposição foi montada pelo Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS e exibida na Galeria Olho Nu, prédio 43.322, no Câmpus do Vale, até o final do mês passado. Ela apresenta fotos produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, exemplares de notícias publicadas em jornais de Porto Alegre, capas de obras memorialísticas e de pesquisa, que são ilustrativas da importância que o evento teve para a posteridade. Com esse material, pretendeu-se dar a ver diferentes dimensões do embate em questão: a negociação política, a mobilização via Rede da Legalidade, a arregimentação de forças militares, o apelo popular da causa e, finalmente, o desfecho: a posse de Jango em 7 de setembro de 1961.

(1) FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3), pp. 15-46.

(2) CARVALHO, José Murilo de. Vargas: o aprendiz de feiticeiro. In: Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pp. 102-117.

(3) LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 161-204.

(4) GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). João Goulart entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 31-55.

\* Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS